



Diálogos Insurgentes, de Emilia Santos, 2022, acrílica sobre tela, 100 x 100 cm.

UIFA, UIA, IAB: diálogos transnacionais sobre a mulher arquiteta (1960-1967)*

Paula Dedecca**

Resumo

Este artigo discute o debate, transnacional e interinstitucional, que se estabeleceu nos anos de 1960 entre o Instituto de Arquitetos do Brasil, a União Internacional de Arquitetos e a União Internacional de Mulheres Arquitetas, esta última criada na França, em 1963, em consonância com a intensificação do ativismo feminista. Trata-se de pensar como, apesar das similaridades entre meios profissionais distintos no que diz respeito às hierarquias de gênero, os diferentes contextos nacionais se relacionam de modo estreito com o modo de engajamento feminino nos embates por igualdade de suas práticas e modos de representação institucional.

Palavras-chave: Arquitetura, Profissão, Instituições, Feminismo, Diálogos transnacionais.

* Recebido em 02 de março de 2022, aceito em 20 de outubro de 2022.

** Professora Doutora, Associação Escola da Cidade, São Paulo, SP, Brasil. pauladedecca@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-0931-5837>

Introdução

Em uma carta de abril de 1960, a arquiteta franco-romena Solange d'Herbez de La Tour informava o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) sobre a criação da *Union Française des Femmes Architectes* (UFFA) e interrogava se haveria, em solo brasileiro, uma instituição de mesmo caráter. Em outubro do ano seguinte, novamente dirigindo-se ao IAB e mencionando a sua amável resposta, comunicava a consolidação da UFFA e expressava o desejo de estabelecer relações mais sólidas com arquitetas estrangeiras (La Tour, 1960).

Nessa correspondência, se, por um lado, La Tour reportava a conexão já construída com associações similares, no México e nos Estados Unidos, por exemplo, por outro, talvez mirando a situação brasileira, anunciava a formação de uma rede de membros correspondentes para conectar arquitetas que, em seus respectivos meios profissionais, enfrentassem dificuldades de organização coletiva independente. Ao final, solicitava ao IAB que promovesse tal contato, tendo em vista a intenção da realização de encontros de maior porte e a formação de uma instituição supranacional – que viria a ser a *Union Internationale des Femmes Architectes* (UIFA) criada em 1963 (La Tour, 1961).

Em tal carta, é nítido o esforço para assegurar que a iniciativa buscava, tão somente, “a construção de laços amigáveis e de troca de ideias” e que não implicava no rompimento das “excelentes relações” já estabelecidas com colegas do sexo masculino. Afinal, segundo La Tour, ao menos na França, arquitetas e arquitetos estavam profissionalmente em “pé de igualdade” (La Tour, 1961:1). É evidente a intenção diplomática de tal aceno. Como veremos, a trajetória de La Tour e as motivações para a criação de uma associação voltada às arquitetas parecem ser fatos interligados e que revelam algumas das dificuldades impostas pelo ambiente parisiense dos anos de 1950 à atuação profissional feminina.

Nada sabemos sobre possíveis respostas brasileiras, institucionais ou não. Uma anotação à mão, na correspondência, indica que o convite de La Tour deveria ser incluído em circular do IAB, orientando às interessadas que se correspondessem com a UFFA sem intermediação do Instituto. Assim, em 1961, o IAB parecia não querer se envolver com tais questões. Como veremos, em pouco tempo, as tensões que se ampliavam ao redor da hierarquia de gênero, intra e extra disciplinarmente; o fortalecimento do ativismo feminista; o alargamento e a consolidação da UIFA como entidade que disputava um lugar na rede transnacional de interlocução profissional; e a inclusão do debate da representatividade na pauta da União Internacional dos Arquitetos (sem dúvida a principal antagonista da UIFA), exigirão o reposicionamento do IAB. No entanto, sua perspectiva sobre a questão será outra. É esse debate, transnacional e institucional, que colocava em xeque o estatuto ideal e a perspectiva universal do profissional arquiteto, que este artigo pretende percorrer.

A Union Internationale des Femmes Architectes (UIFA)

Graduada em arquitetura pela Universidade de Bucareste (1947) e em planejamento urbano na Escola Politécnica da mesma cidade (1949), La Tour emigrou para a França por volta de 1950 e tentou, desde então, estabelecer-se com uma prática autônoma de projetos de edificações em meio às reações violentas de um meio profissional hostil. Segundo suas lembranças, foi em um pequeno quarto sem calefação, pobre e sozinha, alimentando-se à base de pão, que traçou suas ideias para o concurso *Logements économiques de première nécessité*, promovido em 1954 (Bellizzia, 1976). Associada ao *Bureau d'études de préfabrication J.J. Coulon*, La Tour encabeçou a equipe que formulou dois dos treze projetos vencedores, dentre 97 concorrentes, no concurso que pretendia responder à crise habitacional do pós-guerra com a construção emergencial de conjuntos térreos (Croizé, 2009)¹.

¹ A intenção deste artigo é entender tais biografias no contexto da história nacional e internacional da disciplina. No entanto, teria sido de grande valia informar ao menos um resumo biográfico de cada uma das personagens que será aqui apresentada. No entanto, não foi um empreendimento possível para todas, sobretudo por ser quase nula a documentação disponível. Trata-se de mais um indício do sistemático apagamento historiográfico de trajetórias de arquitetas, já bem problematizado por trabalhos como os de pesquisadoras como Silvana Rubino, Lia Antunes, Ana Gabriela Godinho Lima, Andrea Gatti, Despina Stratigakos, dentre outras.

Ao olharmos o rol dos premiados, percebemos que La Tour era uma exceção, seja por seu gênero, seja por sua pouca legitimidade em meio a um grupo de elite de empresas construtoras e nomes masculinos do meio profissional francês, como Eugène Beaudouin (ganhador do Grande Prêmio de Roma e autor do primeiro *grand ensemble* do pós-guerra, o *Cité Rotterdam*), Pierre Bailleau e Daniel Badani (arquitetos-chefe responsáveis pelos *Bâtiments Civils et Palais Nationaux*) ou Clément Tambuté, autor de planos de reconstrução já implementados naquele momento (Croizé, 2009; Peyceré, 2000).

Face à negativa do *Ministère de la Reconstruction et de l'Urbanisme* em lhe atribuir o prêmio, sob a justificativa de seu não enquadramento na obrigatoriedade legal de ter cumprido o serviço militar para assim firmar um contrato público, o que por sua vez decorria do fato de não ser homem, consta que a arquiteta iniciou uma greve de fome na Esplanada dos Inválidos, rodeada por cartazes de protesto, conseguindo, com a repercussão negativa do caso, que o prêmio lhe fosse outorgado. Para os poucos relatos históricos sobre sua trajetória, o vínculo é direto entre o protagonismo de La Tour na criação da *Union Française des Femmes Architectes* e tal episódio, que ilustra a desigualdade de acesso às oportunidades profissionais e a ausência de instituições de representação que respondessem aos problemas que arquitetas enfrentavam em sua prática cotidiana (Rosciano, 1991).

Com efeito, se a interlocução e a regulamentação da profissão preocupavam os arquitetos franceses ao menos desde meados do século XIX, coincidindo com a entrada das mulheres nas escolas de arquitetura no país, a admissão dessas arquitetas em suas instituições de representação e sociabilidade não foi imediata. A Sociedade de Arquitetos Graduados pelo Governo admitiu a sua inscrição em 1924 e, mesmo assim, talvez por operar ainda de modo muito similar aos “clubes de cavalheiros”, é compreensível que as oito inscritas até 1943 fizessem parte do círculo familiar de algum associado – eram ou filhas, ou irmãs ou esposas desses arquitetos. Tal abertura ocorre na Sociedade Central de Arquitetos somente em 1975 (Dumont, 1989; Bouysse-Mesnage, 2018).

Em contraste, no mesmo ano de 1943, três anos após a sua criação pelo Governo de Vichy e em plena guerra mundial, a Ordem dos Arquitetos, voltada à regulamentação profissional, já listava 17 associadas. Ainda que fosse um número irrisório frente aos quase três mil homens inscritos, pode-se concluir por certo entusiasmo de um grupo de arquitetas que, talvez, vislumbresse na nova entidade a possibilidade de representação institucional e de participação em uma rede profissional à qual antes não tinham acesso. De fato, considerando que práticas como a do paisagismo, da cenografia e da docência, por exemplo, não eram regulamentadas pela Ordem, bem como o exercício assalariado, a associação de tais arquitetas pode revelar o desejo de sua inserção em um modo de atuação de difícil acesso naquele momento: a do exercício liberal de projeto de edificações, sobretudo quando desempenhado de modo independente e sem associados. Mais do que isso, poderia ser um modo de responder à falta de confiança de uma clientela ainda inclinada a delegar suas encomendas de maior escopo aos profissionais do gênero masculino ou a casais (Bouysse-Mesnage, 2018).

Na França, com o encerramento do conflito mundial, em 1945, é perceptível o aumento de carreiras de arquitetas que trabalhavam sozinhas no gerenciamento de projetos, um modo de atuação que se avoluma no decorrer das décadas seguintes (Bouysse-Mesnage, 2018). No entanto, não sabemos se foi essa a condição de trabalho de Solange D'Herbez de La Tour, dado o apagamento quase total de sua trajetória². De todo modo, apesar de tal alargamento do número de arquitetas, as barreiras às suas atuações continuariam a ser colocadas por um longo período e, ao longo da década de 1950, a sua situação no interior das escolas e na profissão evoluiu muito pouco (Diener, 2013). Em 1963, o *Le Monde* entrevistou três arquitetas que ocupavam diferentes posições no campo arquitetônico. Os números que introduzem o texto são reveladores: dos oito mil arquitetos registrados na ordem, cerca de oitenta eram mulheres, das quais somente 30 atuavam em Paris, sendo 10 com gabinete próprio (Bernheim, 1963).

² Temos indícios da participação da arquiteta em somente três projetos ao longo dos anos de 1950 e 1960, sempre em colaboração ou coautoria com homens: o concurso já citado; parte do conjunto habitacional de Massy-Antony, projetado junto a Gaston Appert, Robert Lechauguette e Pierre-Edouard Lambert; com quem também elabora a proposta para o concurso do *Stade de 100.000 places*.

A primeira entrevistada, chefe de seu próprio escritório há 10 anos, era Marion Tournon-Branly³. Professora de arquitetura na Escola Americana de Fontainebleau, filha de um antigo diretor da Escola de Belas Artes, poderia ser definida, segundo a reportagem, como uma profissional “*bien placée*”, bem colocada. Isso não impedia que enfrentasse muitos dos problemas da profissão. Era evidente, para ela, que os contratantes assumiam o pressuposto de que determinadas obras eram adequadas para serem desenvolvidas por arquitetas, outras não. A ela, por exemplo, eram oferecidas escolas, jardins de infância, casas ou serviços de decoração, mas nunca fábricas ou edifícios oficiais. A seguir, mencionava a necessidade de convencer construtores e clientes de sua capacidade de projeto e acompanhamento de obra, sobretudo no que dizia respeito à responsabilidade técnica. Era também um trabalho muito cansativo. Em suas palavras, passar dias inteiros em canteiros de obras não era confortável. Mas o mais difícil dizia respeito às decorrências do “negócio” e às dificuldades financeiras imprevisíveis que o acompanhavam. Tournon-Branly assim encerrava: “Muitas vezes volto ao trabalho depois do jantar, até meia-noite ou uma da manhã. Felizmente, sou solteira: não consigo ver um marido se acomodar a esses horários!” (Bernheim, 1963:1).

Apesar de tais enfrentamentos, a condição de Tournon-Branly parecia ser mais favorável que a da segunda entrevistada, Renée R., cuja ocultação do sobrenome explicitava possíveis desconfortos, familiares e profissionais, decorrentes de sua declaração, na qual o apagamento de uma possível autoria e a dificuldade de continuar desempenhando o papel de esposa e mãe são questões evidentes. Assim a reportagem descrevia sua atividade como desenhista contratada de um escritório de projetos:

Casada com um arquiteto, trabalha como “*nègre*” em um escritório (que não é o do marido!). Ela ama seu trabalho, mas isso causa sérios problemas familiares. É difícil, por exemplo, chegar em casa a tempo de acompanhar a lição de seus filhos e preparar o jantar. Ela considera, por outro lado, que muitas vezes as mulheres resistem melhor às noites de *charrette* (que antecedem a entrega dos projetos) do que os homens. Uma grande vantagem para as mães: se você não trabalha por conta própria, é fácil, depois de alguns anos de interrupção, encontrar emprego como desenhista em um escritório (Bernheim, 1963:1)⁴.

A terceira entrevistada era justamente Solange d’Herbez de La Tour, escolhida por sua atuação na *Union Française des Femmes Architectes*, que naquele momento realizava seu primeiro congresso internacional, em Paris. Segundo ela, a instituição tinha um objetivo explícito (fazer com que clientes e administrações entendessem que as mulheres arquitetas poderiam ser levadas a sério) e um objetivo não oficial (ajudar as mulheres arquitetas francesas a se livrarem de seus complexos, “desesperadamente medrosos”). Seus conselhos para as aspirantes à prática eram: que conhecessem bem o trabalho (“trabalhadores e empreiteiros estão te observando”), que tivessem um senso de organização, de autoridade, um grande espírito de síntese (“poucas mulheres o têm”), pontualidade (“muitos homens não estão lá na hora”), e, finalmente, um forte senso de humor (Bernheim, 1963:2).

É notável que La Tour, quando, em 1954, contestou sua não premiação com uma greve de fome, já estivesse inscrita na Ordem dos Arquitetos desde 1950 e que, no entanto, não tenha utilizado a entidade como instrumento de apoio jurídico. Esse talvez fosse o caminho escolhido por aqueles que se sentissem representados por ela que, até 1973, não registrou a participação de qualquer mulher em seu Conselho Superior. La Tour, pelo contrário, optou por protestar com seu corpo e fora das vias institucionais. Assim, consta que, justamente em reação às suas experiências profissionais e à impossibilidade de representação pelas entidades já organizadas, La Tour fundou a *Union Française des Femmes Architectes* em 1960. Logo em seguida, como sua presidente, começou a tecer uma rede internacional. Paris, no início dos anos de 1960, era o lugar apropriado para isso, tendo em vista a

³ Marion Tournon-Branly (1924-2016) foi uma arquiteta francesa, filha do arquiteto Paul Tournon e da pintora Élisabeth Branly. Formada na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts*, colaborou com seu pai e com Auguste Perret. Ensinou arquitetura na *Ecole d’Art de Fontainebleau* a partir de 1960 e foi a primeira mulher professora no curso *Unité Pédagogique d’architecture n. 7 (UP7)*, criado em 1968. Foi a primeira mulher admitida na *Académie d’Architecture* em 1976. Dentre seus projetos estão residências, escolas infantis e de ensino técnico, conjuntos de habitação e mosteiros.

⁴ Optou-se por não traduzir “*nègre*” para manter o sentido original de sua utilização: a indicação do verdadeiro autor da obra, publicada sob assinatura de outro (um uso mais comum na literatura, similar ao de *ghost-writer*).

intensificação do ativismo feminista e a criação simultânea de associações femininas de representação em resposta ao crescente número de mulheres formadas no ensino superior (Simon, 2017:158).

Os depoimentos ao *Le Monde* mostram como, mesmo que superadas em parte as oposições explícitas à inserção da mulher na profissão, ainda era forte a resistência aos seus esforços de integração, que se estendia, para além da oposição individual e das condutas pessoais discriminatórias, às políticas educacionais e associações profissionais. Apesar do razoável número de trajetórias profissionais femininas que, naquele momento, poderiam ser consideradas bem-sucedidas, o estereótipo de desajuste das mulheres à profissão permanecia e enraizava-se na disciplina (Stratigakos, 2016; Martinez, 2018).

Tal situação não dizia respeito unicamente ao cenário francês, como revela a atuação de algumas entidades similares à UFFA nesse mesmo período: a União Finlandesa de Mulheres Arquitetas (Architecta, Finlândia, 1942); a *Association of Women Architects* (AWA, 1948); a Associação de Mulheres Arquitetas (Japão, 1953), a *Associazione Italiana Donne Ingegneri e Architetti* (AIDIA, Itália, 1957) e a *Arquitectas Mexicanas Asociación Civil* (AMAC, México, 1961) (Rosciano, 1991). Em solo brasileiro, temos notícia da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, ao que tudo indica ainda em atuação nos anos de 1960 (Por iniciativa, 1937:3). São instituições que alinhavam objetivos: organizar os esforços de auxílio mútuo de suas carreiras, discutir os problemas relativos à profissão, sobretudo no que dizia respeito ao lugar da mulher, estimular o intercâmbio de ideias e o amparo moral, intelectual e material de suas sócias.

Imagem 1: Criação da Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, com foto de Carmen Portinho

Por iniciativa de um grupo de jovens engenheiras

Funda-se a Associação de Engenheiras e Architectas Brasileiras

Por iniciativa de um grupo de jovens engenheiras, foi fundada nesta capital, a Associação de Engenheiras e Architectas Brasileiras.

A novel associação tem por fim coordenar os esforços das mulheres engenheiras e architectas ou estudantes de engenharia e ar-

chitectura, no sentido de auxiliarem-se mutuamente na carreira, facilitarem o intercambio de idéas entre profisionaes de engenharia e architectura e collaborarem na solução dos problemas relacionados com o progresso.

A A. E. B. conjugará os esforços de suas associadas no sentido de:

- propugnar pela defesa dos interesses da classe de um modo geral;
- amparar moral, intellectual e materialmente suas socias;
- collaborar com outras associações de classe;
- promover conferencias, congressos, exposições, excureções e Inqueritos com o objectivo de esclarecer a solução dos problemas modernos de engenharia, architectura e urbanismo;
- coordenar e utilizar todas as collaborações que julgar de utilidade para a execução do seu programma.

A directoria da A. E. A. B. está assim constituida: presidente, engenheira-civil Carmen Portinho; vice-presidente, engenheira-civil Elza Pinho; 1ª secretaria, engenheira-architecta Déa Paranhos; 2ª secretaria, engenheira-architecta Ila Araripe Macedo; thesoureira, Marina Aranha Miranda, engenheira-civil.



Dra. Carmen Portinho, presidente da nova Associação

Fonte: Por iniciativa de um grupo de jovens engenheiras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/07/1937, p.3.

Assim, não tardou para a UFFA ampliar sua abrangência, tornando-se a *Union Internationale des Femmes Architectes* (UIFA) em 1963, decisão tomada justamente ao longo do 1º Congresso Internacional das Mulheres Arquitetas. A nova instituição tinha como pautas fundacionais a troca de ideias e informações, a luta pela igualdade de direitos para as mulheres na profissão e o debate acerca do envolvimento restrito das mulheres em áreas específicas da arquitetura e do urbanismo historicamente associadas ao feminino (Simon, 2017). O temário do encontro se concentrava nas “mulheres arquitetas no mundo” e nas “exigências das mulheres nas cidades modernas”, com o objetivo de definir o lugar que deveria ser ocupado pelas profissionais e constituir um organismo internacional permanente de ligação e de ação (La Tour, 1963a).

Em razão desse primeiro encontro internacional, La Tour entrava novamente em contato com o IAB, em fevereiro de 1963, solicitando que repassasse às suas associadas o convite para o congresso, que se realizaria em Paris entre 26 de junho e 01 de julho do mesmo ano. Em abril, uma nova carta lamentava a ausência de respostas (La Tour, 1963b). De fato, não foi possível encontrar qualquer indício de divulgação do evento por aqui ou de participação de brasileiras. Mesmo assim, a adesão ao congresso foi significativa, reunindo uma centena de arquitetas, de 22 países, sobretudo europeus. Para o *Le Monde*, que novamente abria espaço em suas páginas para o assunto, o encontro

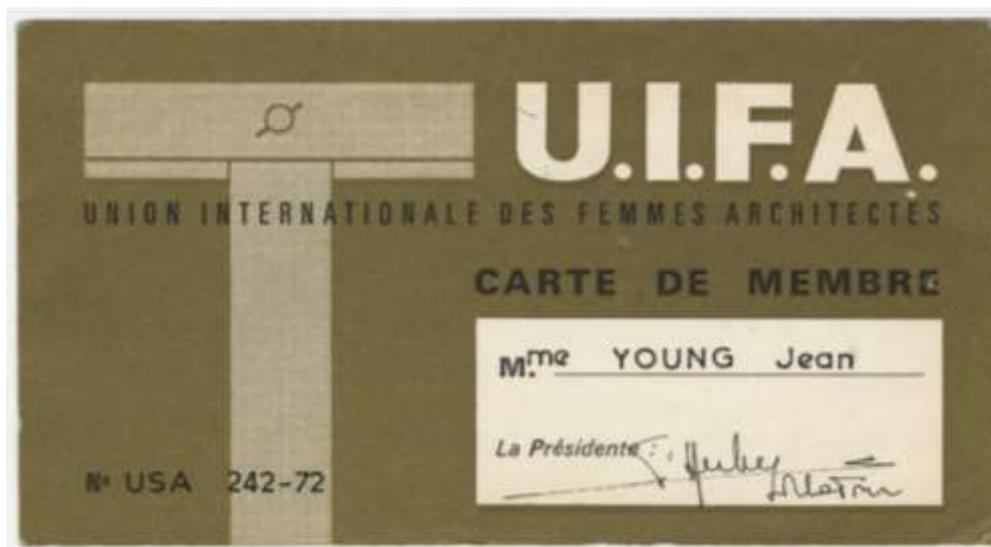
deixava claro que, naquele momento, a arquitetura não era mais prerrogativa dos homens (Le Monde, 1963).

É importante pontuar que, se é longa a história do ativismo pelos direitos das mulheres, ele se organiza para além das fronteiras desde pelo menos meados do século XIX. No início do século XX, os movimentos pelo sufrágio feminino, pelo socialismo e pela paz eram, desde o princípio, de natureza transnacional. Evidentemente, não se trata de um movimento único: diversidade e diferenças, tais como raça, classe, cultura, política, prioridades organizacionais, moldaram os interesses que as mulheres definiram como seus. Salvo engano, ao menos nesses primeiros anos, a UIFA nunca se intitulou como um movimento feminista – fato que não nos impede de a olharmos sob essa chave, sobretudo se compreendermos o feminismo como todo gesto que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo, mesmo que adotando estratégias e práticas muito diferentes entre si (Duarte, 2019). Nesse sentido, são muitos os estudos que apontam a criação de instituições e a formação de redes como uma das estratégias mais compartilhadas para a construção de um feminismo global (Ferree; Trip, 2006; Baksh, Harcourt, 2015).

Em 1969, a UIFA já tinha consolidado uma organização internacional efetiva (Simon, 2017). Entre 1963 e 2010, organizou dezesseis congressos. A cada encontro, uma questão específica foi abordada e, entre elas, é possível perceber a permanência da discussão na escala urbana e da habitação, abrindo-se, com o passar dos anos, para os temas do patrimônio histórico e do meio ambiente. Neles, estavam presentes figuras como Minette de Silva, Gae Aulenti, Denise Scott Brown, Alison Smithson, Jane Drew e Anna Bofill, por exemplo. Muitas delas, aparentemente, desacompanhadas de seus companheiros ilustres. Tal longevidade e abrangência da entidade contrastam com o seu evidente apagamento historiográfico, que parece resultar, por sua vez, de dois processos de invisibilização nas narrativas históricas acerca das movimentações arquitetônicas: o das atividades das mulheres arquitetas e o das instituições e redes de colaboração, a favor da lógica heroica que deixa de lado a criação coletiva e as associações⁵. As poucas leituras históricas disponíveis até o momento indicam que a UIFA se constitui como outro nó de sociabilidade, outra rede de circulação de ideias, na qual, talvez, outras ideias tenham sido formuladas acerca da produção do ambiente construído, ainda que por vezes reproduzindo formatos já estabelecidos (Hervás; Blanco-Agüeira, 2020). São rotas femininas alternativas do pensamento acerca da profissão ainda a serem traçadas pela narrativa histórica.

⁵ À margem da história da arquitetura produzida no Brasil até os anos de 1990, as instituições hoje ganham relevância no debate acadêmico, sendo agora entendidas em seu aspecto dinâmico, em suas relações com as movimentações disciplinares e as trajetórias pessoais, como produto histórico de um coletivo em processo multipolar de constituição, em constante e tensa transformação, como nós que permitem abordar a história da produção arquitetônica e urbanística de modo relacional. São estudos que discutem as especificidades dos acervos institucionais e que estão atentos às armadilhas das narrativas oficiais, buscando problematizá-las ao convocarem registros individuais, do cotidiano e da memória oral (Dedecca, 2021). Tais pesquisas na área se amparam em diversos referenciais de abordagem histórica da memória institucional, tais como Michel Foucault, Marc Abélès, François Buton, Florent Champy, Mary Douglas, Claude Dubar, Arnaud Fossier, Éric Monnet, Brigitte Gaiti, Odile Henry, dentre outros.

Imagem 2: Carta de Membro da UIFA de Jean Young (EUA), assinada por Solange D´Herbez de La Tour.



Fonte: IAWA Archives – Ms1998-022 – Virginia Polytechnic Institute and State University.

A Union Internationale des Architectes (UIA)

No 1º Congresso Internacional das Mulheres Arquitetas, era notável a ausência de uma entidade: a União Internacional dos Arquitetos. Fundada em 1948, com sede também em Paris, a UIA foi proposta como um novo tipo de organização de arquitetura, moldada mais pelas convenções da diplomacia cultural e da boa vontade internacional do que pelo debate intelectual, concentrando-se em objetivos consensuais (Vago, 1998). Em pouco tempo, embora se mantendo como uma pequena organização do ponto de vista de sua estrutura administrativa, a UIA afirmou-se como uma instituição de referência para a mediação internacional em assuntos de arquitetura (Glendinning, 2009).

Apesar do convite reiterado, a UIA não enviou representantes ao congresso. Vale pontuar que 1963 foi um ano especialmente tenso no interior da instituição, por conta das disputas que envolveram a realização do seu 7º Congresso, em Havana, e que desencadeariam sua pior crise diplomática até 1970, compreendendo a insistente campanha estadunidense pelo cancelamento do encontro. Explorando as polarizações da guerra-fria, a defesa do evento pela UIA, longe de resultar do alinhamento ideológico com o novo regime cubano, buscava honrar sua posição, defendida acirradamente, como lugar de união profissional e de autonomia em relação às contendas políticas (Glendinning, 2009). Foi também nesse encontro que se desencadeou um conflito sobre a desigualdade de oportunidades no interior da instituição, do ponto de vista das representações nacionais, resultado da mobilização dos países economicamente pobres. A abertura para tal pauta parece resultar de um duplo movimento: o do nascimento de certa autocrítica da UIA às relações hierárquicas e de poder que se reproduziam em seu interior e o da insistência de tais países que se viam à margem de suas instâncias administrativas e que, com o Congresso, fortaleceram laços para fazer valer suas intenções (Lu, 2011).

Mas, ainda que tais conflitos tenham concentrado seus esforços diplomáticos, é muito possível que a impossibilidade, ou o desinteresse, ou a recusa da UIA em participar do Congresso Internacional de Mulheres também estivesse ligado à sua intensa defesa da ideia de universalidade do profissional arquiteto. Animada por tal ideal, e pela independência dos conflitos políticos, a União buscava, ao menos segundo seu estatuto, facilitar e ampliar o livre contato entre os arquitetos do mundo, sem distinção de raça, nacionalidade, religião, gênero, formação ou doutrina arquitetônica; criar entre eles relações de camaradagem, de compreensão e estima; permitir a confrontação de ideias e concepções, aproveitando experiências múltiplas, ampliando o conhecimento e enriquecendo diferenças (Zubovich, 2006). Um ideal que, no início desses anos de 1960, claramente não se concretizava, seja

na composição de membros, na montagem de hierarquia, na distribuição de recursos, na geografia de acontecimentos – o que era percebido e criticado por muitos.

De todo modo, a UIA não se manteve inerte em relação à pauta da desigualdade de gênero na profissão e no interior da instituição. Uma carta de Sonia Van Peborgh ao IAB, em novembro de 1963, sugere que, pelo contrário, a formação da UIFA e seu primeiro congresso forçaram a UIA, até então avessa a qualquer debate ao redor da questão, a se recolocar no debate. Tal jogada parece ter sido inevitável dada a intensidade das reivindicações, intra e extra disciplinares. Peborgh, justamente, informava que havia sido indicada como representante da UIA frente às arquitetas. Ela, aliás, inglesa radicada em Paris, é mais uma trajetória profissional ausente na historiografia, apesar de aparentemente ter ocupado durante um longo período postos importantes dentro da instituição (Peborgh, 1963).

Para início de seus trabalhos, Van Peborgh enviava um questionário, respondido em menos de um mês pelo IAB (o que demonstra que a ausência de interlocução do instituto brasileiro com a UIFA era intencional). As respostas, de todo modo, eram curtas, revelando a pouca abertura do Instituto ao tema. Nelas, a entidade afirmava que, de acordo com a constituição nacional, as arquitetas no Brasil tinham os mesmos direitos que seus colegas e que não era possível precisar o número de mulheres que efetivamente exerciam a profissão no país, somente indicar suas 164 filiadas (IAB, 1963). Tal era a concisão da resposta que, em janeiro de 1965, a reunião do Conselho Superior do IAB registrava a solicitação da UIA de que o relatório fosse reformulado com a colaboração de uma mulher, indicando a carioca Rizza Conde para tal encargo (IAB, 1965).

Nesse mesmo ano, no 8º Congresso da UIA, pela primeira vez, um período de trabalho foi reservado para o debate do tema da representatividade das arquitetas dentro da instituição. Era pouco, e pouco inclusivo, mas substancialmente diferente dos encontros anteriores nos quais a programação incluía atividades paralelas previstas para as senhoras acompanhantes. Às vésperas do evento, ressaltando a UIA como uma associação comum a homens e mulheres, Peborgh clamava às arquitetas – muitas delas parte de uma rede construída por viagens realizadas desde 1963 – apoio, assistência e solidariedade à instituição. A reunião no Congresso era, segundo ela, a ocasião para que se manifestassem (Peborgh, 1964).

Novamente, o IAB dava vazão aos apelos da UIA, divulgando em sua circular a manhã de trabalho exclusiva às arquitetas, indicando inclusive o endereço para as profissionais que desejassem incluir temas na pauta do encontro (IAB, 1964a). Em maio de 1965, Peborgh, com certo tom de impaciência, lamentava as poucas respostas recebidas. Ao enfatizar a dificuldade de organizar a reunião sem a colaboração das participantes, declarava que “era uma pena que as mulheres arquitetas não estivessem suficientemente interessadas pelos problemas de sua profissão e por sua situação para se disporem a escrever algumas linhas”. Logo em seguida, no entanto, alertava para o fato de que somente algumas participantes teriam direito à fala, tendo em vista o curto tempo dedicado ao debate (Peborgh, 1965). É possível que tenha sido uma sessão tumultuada. Em setembro, uma nova circular de Peborgh chegava ao IAB:

É triste constatar que algumas dentre vocês tenham causado uma impressão tão ruim entre nossas colegas estrangeiras que vieram à Paris. (...). Algumas, por todos os meios, tentaram impedir que a reunião transcorresse no clima previsto. Rumores completamente falsos foram espalhados entre as presentes e me renderam muitos comentários depreciativos. É doloroso ver que não há mais camaradagem entre as mulheres arquitetas. (...). Qualquer pessoa que reflita não poderia jamais acreditar que o Secretariado Geral da UIA consentiria a encorajar a reunião de um grupo de arquitetas que manifesta sua intenção de se apartar dos quadros da UIA (Peborgh, 1965).

Em uma reportagem dedicada à sessão, publicada na *Revue de L'UIA*, a perspectiva da instituição era de que tais mal entendidos revelaram a existência de três “grupos de pensamento”. O primeiro era composto por arquitetas que avaliavam que tinham acesso aos mesmos direitos e deveres de seus colegas, que os problemas da profissão eram comuns a todos, e que a reunião em separado era “inútil e nefasta”. O segundo grupo avaliava que, em seus países, apesar de uma igualdade em discurso, não havia uma igualdade efetiva e que estavam sujeitas a tratamentos injustos. Nesse caso, a força estaria na união, e, assim, pretendiam prosseguir na luta em escala internacional por meio de uma entidade independente (no caso, a UIFA). Por fim, o terceiro grupo, visto pela

reportagem como “o mais moderado”, pensava que talvez fosse por intermédio da UIA que as arquitetas poderiam lutar de modo mais eficaz para fazer desaparecer as discriminações à sua prática. Segundo elas, uma pequena associação internacional de mulheres arquitetas não poderia chegar ao resultado esperado (UIA, 1965).

Imagem 3: Fotos no número especial da Revue de L'UIA sobre o seu 8º Congresso, acompanhada da legenda: “Se as mulheres se interessam vivamente pela moda ...as mulheres arquitetas acompanham de maneira muito ativa os trabalhos do congresso”.



Fonte: *Revue de L'UIA*, n.35, set.1965, p.28.

Assim, buscando enfrentar as insatisfações e a possibilidade de fortalecimento de uma entidade alternativa, o comitê executivo da UIA dizia, ao final do congresso, estar “pronto para escutar o ponto de vista das mulheres dentro da profissão” (UIA, 1965). De fato, já nesse encontro, a Guerra Fria perdia centralidade na agenda e na atmosfera da UIA e o foco da controvérsia voltava-se com força para a reorganização de sua estrutura, tal como aponta a conclusão do texto do mesmo artigo:

A discussão mostrou que há países no qual não existem mais discriminações da mulher arquiteta, mas que, não obstante, é raro ver uma dentre elas ocupando postos importantes, como, por exemplo, Presidente de Associações ou outros. As colegas presentes consideraram desejável que um primeiro passo nesta direção seja tomado dentro dos quadros da UIA (UIA, 1965).

Em 1967, de modo a “encorajar uma participação mais ativa” das profissionais nos trabalhos da União, o Comitê Executivo decidia designar um determinado número mínimo de mulheres arquitetas para compor as diferentes comissões de trabalho (UIA, 1967a). De todo modo, as tensões no interior da instituição continuavam e continuariam girando ao redor de outro eixo, o da representação nacional mais igualitária. No 9º Congresso, realizado no mesmo ano, em Praga, a tumultuada Assembleia Geral teve grande repercussão por simbolizar o alto grau dos conflitos, com

debates longos e acalorados e com críticas severas às atividades da União. A Assembleia estava impaciente por uma reforma efetiva e exigia ações mais vigorosas, abrindo caminho para uma reestruturação dos procedimentos, dos objetivos e da estrutura de organização nos anos seguintes. Essa reestruturação incluiu as questões de gênero, porém não com prioridade.

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)

É fato que obstáculos logísticos e financeiros impediram, muitas vezes, uma participação ativa e rotineira do IAB em atividades da UIA, quase todas desenroladas fora das fronteiras brasileiras. Mas sempre houve empenho, intenção, no sentido da criação de laços. Entre a veiculação de pequenas notas e respostas breves, o único posicionamento mais efetivo do IAB em relação à UIFA foi sua moção, apresentada nesse congresso da UIA de 1967, que propunha à assembleia julgar inoportuna a existência de uma organização “discriminatória e restritiva” e pedia a completa integração das mulheres arquitetas nos trabalhos da entidade (UIA, 1967b). Com isso, o IAB alinhava-se ao modo como a UIA enfrentava a questão naquele momento. No mais, é possível afirmar o estabelecimento de um silêncio institucional brasileiro sobre o assunto nos anos de 1960, seja em esfera doméstica ou internacional. É possível elencar algumas hipóteses para justificar tal postura.

Até esse momento, o IAB era um espaço masculino, assim como a UIA, e pouco aberto à discussão de hierarquia de gênero. Ainda que não tenhamos uma série histórica, sabemos que, em 1962, eram cerca de 3100 membros e que, em 1965, o Instituto registrava ainda somente 164 afiliadas, sendo que ao menos 548 mulheres haviam cursado arquitetura em solo brasileiro desde os anos de 1940, sem contar as imigrantes que aqui atuavam profissionalmente. É fato que algumas dessas arquitetas formadas nunca trabalharam na área, mas muitas vislumbraram a possibilidade de inserção no campo profissional, majoritariamente masculino, justamente a partir de atuações que fugiam do âmbito da prática liberal de projeto de edificações, buscando outros escopos – planejamento, paisagismo, desenho industrial, gráfico, de mobiliário ou decoração, por exemplo – e modos de atuar – como no funcionalismo público, no assalariamento privado ou na docência (Tamari, 2021).

Nesse sentido, foi somente no final dos anos de 1960 que o IAB incorporou em sua agenda essas outras áreas de atuação e outras práticas do arquiteto, sem, no entanto, desfazer seu íntimo vínculo com as pautas do profissional liberal focado em projeto e edificações, priorizada historicamente. Assim, é muito possível que as arquitetas brasileiras não entendessem o Instituto como um espaço de representação e sociabilidade – hipótese para a qual corrobora o número de filiadas. Vale também pontuar que somente duas mulheres ocuparam cargos de direção na gestão nacional até 1972: Giuseppina Pirro (como conselheira fiscal entre 1951 e 1952 e membro do conselho diretor entre 1952 e 1954) e Lygia Fernandes (no conselho diretor entre 1954 e 1956).

Ademais, como já foi colocado, o IAB tinha outro programa de disputa no interior da UIA: a tomada de um lugar de liderança e a redistribuição de forças nacionais na sua estrutura administrativa e decisória. Nesses anos de 1960, quando ocorre a mais intensa dedicação do Instituto aos assuntos internacionais desde a sua fundação, o IAB assumiu, ao lado das entidades chilenas e mexicanas, uma posição de certa ascendência em relação às organizações congêneres latino-americanas, sobretudo quando em diálogo com organismos de representação global – no caso brasileiro, com evidente prioridade dada à UIA em detrimento de outros nós da rede internacional de diálogo profissional.

Assim, não podemos ignorar o fato de que foi justamente na assembleia que antecedeu o congresso da UIA de 1965 e, portanto, a sessão dedicada às mulheres arquitetas, que o brasileiro Flavio Leo Azeredo da Silveira foi eleito vice-presidente da entidade, após uma intensa campanha do IAB. Era o cargo mais alto ocupado pelo Brasil até então. Já no Congresso seguinte, em 1967, o mesmo no qual o Brasil aprovou a moção de repúdio à UIFA, Silveira era escolhido para relatar a discussão relativa às modificações dos estatutos e do regulamento interno da UIA, representando um grupo que tecia críticas severas às atividades da União, como já vimos anteriormente. De fato, desde 1962, o IAB inaugurou um período de duras reprimendas ao seu modo de funcionamento, hierárquico e eurocêntrico, e de insistência na inclusão da questão do subdesenvolvimento em seus principais momentos de debate.

É importante considerar também que a atenção dedicada à questão das hierarquias de gênero tenha sido limitada, antes do golpe civil militar, pela forte adesão dos associados do IAB às pautas do desenvolvimento nacional à esquerda e, depois de 1964, pela mobilização de resistência ao regime e pelo enfraquecimento do Instituto. É fato que essa representação institucional internacional crescente da primeira metade dos anos de 1960 acontece em um momento ímpar no envolvimento do IAB com o debate de políticas públicas nacionais, discutidas em meio à intensa politização do meio profissional e à convicção de parte dele em uma transformação radical, acompanhando as tendências revolucionárias que marcariam a década na política e na cultura (Ridenti, 2010). Era um embate pelo alcance social da profissão que desencadeava uma nova coesão em torno da entidade, mesmo que em meio a muitas divergências intra e extradisciplinares. Assim, tal interlocução internacional, sólida e rotineira, coincide com um momento no qual a regulamentação profissional autônoma, a autocrítica da produção arquitetônica brasileira, a função social do arquiteto, as reformas urbana e agrária eram temas intrinsecamente relacionados e que impulsionavam o IAB, sobretudo durante a presidência de João Goulart, como elemento aglutinador para o enfrentamento da questão habitacional e do planejamento (Serran, 1976).

Isso não era algo restrito ao corpo dos arquitetos. Federici aponta como a baixa preocupação com questões como família, atividades reprodutivas e hierarquias de gênero se atrelou, no caso da esquerda, com a postura de superestimar o poder da industrialização de criar a base material para uma sociedade mais igualitária. Em nome de tal causa, sacrificavam-se questões e interesses que, em sua visão, não estavam diretamente relacionados ao confronto entre capital e trabalho, como o desejo que as mulheres tinham de se libertar da dependência social e econômica dos homens (sobretudo no caso do feminismo branco). Mais do que isso, em moldes similares, há a inabilidade de marxistas, nos anos 1960 e 1970, em reconhecer a importância do movimento feminista, acusado de dividir a classe trabalhadora (Federici, 2021).

Após 1964, no IAB, era o fim de um período de grande politização, no qual a instituição conquistara um lugar influente como porta-voz de uma categoria profissional que atingia um reconhecimento social até então inédito. A segunda metade da década assistiria à sua reacomodação institucional, tanto em razão da ruína de suas elevadas perspectivas de intervenção substancial no ambiente construído brasileiro (alinhadas às Reformas de Base e à crescente politização à esquerda da pauta profissional ao redor do planejamento, da reforma urbana e da habitação) quanto da emergência de novos problemas internos de representatividade, que se tornaram cada vez mais ruidosos. Tal como ocorrera na UIA, a centralidade assumida pelos cariocas e paulistas nas instâncias administrativas passava a ser alvo de intenso questionamento. São reprimendas que andam junto com a expressiva redução das atividades do IAB nos últimos anos da década, com lamentos sobre sua fragmentação e sobre a desvalorização social do arquiteto e a falta de encargos. Se o Instituto se enfraquecia, ele também se envolvia, sobretudo com o endurecimento da repressão, com a militância de resistência civil. Não parecia ser, assim, um cenário favorável à incorporação de uma discussão ao redor da desigualdade de gênero.

Mais do que isso, a situação do movimento feminista no Brasil e a oposição ao regime por parte das mulheres são, por fim, elementos a serem considerados para compreendermos a ausência de interlocução brasileira com a UIFA. Se os anos de 1960 são os momentos iniciais do feminismo brasileiro, enquanto movimento, ele ganha intensidade sobretudo nos anos de 1970, quando há o reconhecimento estratégico da condição das mulheres e o seu debate, que incluía questões domésticas, políticas e profissionais. Mas, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o feminismo se balizava por “sonhos de liberdade e transformação”, no Brasil, as mulheres militantes se manifestavam numa frente ampla e urgente de oposição ao regime, cuja prioridade se estabelecia em detrimento das especificidades das lutas feministas. Ou seja, a organização do movimento feminista brasileiro, bem como sua progressiva visibilidade, deu-se em pleno regime de exceção política. Assim, talvez as cartas de Solange D’Herbez de La Tour tenham chegado ao Brasil alguns anos antes de sua

autora encontrar uma rede consolidada de possíveis interlocutoras disponíveis e dispostas a tal engajamento específico na esfera profissional (Hollanda, 2019)⁶.

Considerações finais

Portanto, se, por um lado, é muito interessante perceber a similaridade entre o meio profissional arquitetônico francês e brasileiro no que diz respeito às hierarquias de gênero, dentro e fora das instituições, aos modos de atuação das arquitetas e às possibilidades que vislumbravam de ocupação dos espaços de interlocução profissional, por outro, é fundamental reconhecer que são contextos totalmente diferentes, cujas especificidades são fundamentais de serem mobilizadas para entendermos os motivos pelos quais, em determinadas localidades, houve um engajamento coletivo à UIFA, mas não no Brasil. Enquanto lá as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas, pois a conjuntura histórica impôs a essas arquitetas que se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida (Duarte, 2019). Enquanto na cidade do Rio de Janeiro, em 1968, um cordão de mulheres marchava contra a censura na passeata dos cem mil, em Paris, a UIFA preparava seu 2º Congresso, realizado em Monte Carlo, em 1969, sob um clima fraternal, ao redor do tema “Cidades Novas, o aporte da mulher arquiteta” e com a presidência honorária da Princesa Grace de Mônaco. Tal como a UIA, nesse momento, o seu conselho diretor era composto unicamente por arquitetas europeias, israelenses, canadenses e japonesas (La Tour, 1969).

Imagem 4: Quadros do filme-noticiário “Grace Kelly en visite au congrès des femmes architectes” (montagem da autora).



Fonte: Magazine féminin, 28/07/1969 [<http://www.ina.fr/video/I12221756> - acesso em: 02 mar. 2022].

Foi somente o olhar transnacional que permitiu, no caso deste artigo, justapor dois meios profissionais geograficamente distintos (mas também com seus próprios modos de funcionamento). Foi uma justaposição que nos revelou similaridades e, sobretudo, diferenças na tentativa de pensar os caminhos assumidos pelo debate coletivo de gênero na profissão e os modelos diversos de práticas e vidas arquitetônicas. Sem dúvida, o impacto do feminismo do século XX e das reivindicações dos direitos das mulheres na disciplina da arquitetura merece maior atenção histórica, uma empreitada que felizmente vem sendo assumida na última década. A contribuição deste artigo foi pensar a partir da perspectiva transnacional, buscando expor diferentes histórias entrelaçadas de ativismo pelos direitos das mulheres, bem como as rejeições a ele, deliberadas ou não, por razões políticas e estratégicas. A tentativa foi colocar, em primeiro plano, contextos e mapear relações complexas estabelecidas além-fronteiras ao redor do tema.

⁶ Este artigo se interessou em entender as interlocuções do ponto de vista institucional. Temos, pontualmente, notícias de duas arquitetas interlocutoras na década de 1960, que parecem ter ao menos trocado algumas correspondências com a UIFA: Elsa Wothers de Wit e Esther Figuer Sisson.

Por fim, guardadas as peculiaridades de cada campo profissional e de cada biografia, é interessante relacionar as intenções deste artigo com outros olhares que têm buscado pensar as diversas carreiras de mulheres em suas habilitações profissionais de nível superior à luz da questão de gênero – seus respectivos cenários, as muitas leituras que seus interlocutores masculinos faziam de sua presença ali, muitas vezes relacionando-as às condições de atuação de suas contemporâneas em outros lugares do mundo (Corrêa, 2003; Lopes; De Souza; De Oliveira Sombrio, 2004; De Leòn; Figares, 2009). Diversas entre si, a semelhança resulta de um fator externo, próprio ao final do século XIX e à primeira metade do século XX: serem essas mulheres profissionais que viveram numa época em que a maior parte dos profissionais tinha a identidade atribuída de homens (Corrêa, 2003).

Em seu tempo, enfrentaram reações diversas ao seu trabalho, ao romperem as fronteiras domésticas a elas destinadas e invadirem a esfera pública, masculina, por vezes carregando outras lógicas para o fazer profissional, por vezes adequando-se à lógica inerente à profissão que exerciam, às circunstâncias em que viviam e aos seus interlocutores. Ainda que diferentes entre si, é justamente quando são situadas ao lado de seus colegas, que se torna visível a rachadura na pretensa neutralidade de gênero de suas práticas e na construção de seus saberes disciplinares. É nessa relação que é possível apreender a emergência de definições de feminina e de masculino, explicitadas em violências simbólicas, em disputas pelo poder e por privilégios, e na atribuição a elas de um estatuto ambíguo. São, segundo Mariza Corrêa (2003), tramas complexas e sutis de construção de gênero, cultural, histórica e politicamente determinadas, nas quais nós estamos ainda enredadas (Corrêa, 2003).

Referências bibliográficas

- BAKSH-SOODEEN, Rawwida; HARCOURT, Wendy (ed.). *The Oxford Handbook of Transnational Feminist Movements*. Oxford, Oxford University Press, 2015.
- BELLIZZIA, Nelly García. Las arquitectas sin historia. *Fem* (1), Cidade do México, 1976, pp.53-57.
- BERNHEIM, Nicole. Trois femmes architectes parlent de leur métier. *Le Monde*, Paris, 09 de maio de 1963, s/p.
- BOUYASSE-MESNAGE, Stéphanie. Comment les femmes sont entrées à l'Ordre des Architecte. *Livraisons de l'histoire de l'architecture* (35), Paris, 2018, pp.71-85.
- BURNS, Karen; BROWN, Lori. Telling Transnational Histories of Women in Architecture, 1960–2015. *Architectural Histories* (8:1), 2020, p.15.
- CHADOIN, Olivier. *Être architecte: les vertus de l'indétermination*. Limoges, Presses Univ. Limoges, 2006.
- CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.
- CROIZÉ, Jean-Claude. *Politique et configuration du logement en France (1900-1980)*. Paris, Éditions universitaires européennes, 2010.
- DEDECCA, Paula. Instituições de Arquitetura e campo disciplinar: considerações sobre acervo e documentação. In: *VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, Brasília, 2021 [<http://enanparq2020.com.br/anais-2/> - acesso em: 09 mar. 2022].
- DE LEÓN, María Antonia García; FÍGARES, María Dolores F. *Antropólogas, politólogas y sociólogas: género, biografía y ciencias sociales*. Madri, Plaza Valdes, 2009.
- DIENER, Amandine. Les pionnières, élèves dans l'entre-deux-guerres. In: JANNIÈRE, Hélène. *Des Beaux-Arts à l'université*. Strasbourg, Ed. Recherches, 2013, pp.106-113.
- DUARTE, Constância. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo Produções, 2019, pp.25-47.
- DUMONT, Marie-Jeanne. *La S.A.D.G., histoire d'une société d'architectes*. Première partie: 1877-1939. Paris, RNCA, 1989.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo* (v.1). São Paulo, Boitempo, 2021.

- FERREE, Myra Marx; TRIPP, Aili Mari (ed.). *Global feminism: Transnational women's activism, organizing, and human rights*. Nova Iorque, NYU Press, 2006.
- GLENDINNING, Miles. Cold-War conciliation. *The Journal of Architecture* (14:2), Londres, abr. 2009, pp.197-217.
- HERVÁS, Josenia; BLANCO-AGÜEIRA, Silvia. Women Architects outside the Spanish Borders: Patriarchal Models at International Congresses (1939–1975). *Arts* (9:26), 2020 [https://www.mdpi.com/2076-0752/9/1/26 - acesso em: 09 mar. 2023]:
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Introdução. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo Produções, 2019, pp.10-21.
- LE CONGRES international des femmes architectes, *Le Monde*, Paris, 18 de julho de 1963, s/p.
- LOPES, Maria Margaret; DE SOUZA, Lia Gomes Pinto; DE OLIVEIRA SOMBRIO, Mariana Moraes. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Revista gênero* (5:1), Niterói, 2004, pp.97-109.
- LU, Duanfang (org.). *Third World Modernism: Architecture, Development and Identity*. Nova Iorque, Routledge, 2011.
- MARTÍNEZ, Zaida Muxí. *Mujeres, casas y ciudades*. Barcelona, Dpr-Barcelona, 2018.
- PEBORGH, Sonia Van. Le premier congrès international des femmes architectes. *Revue de L'UIA* (23), Paris, 1963, pp.14.
- PEYCERÉ, David. La pratique de l'architecture en France au XXe siècle. *Gazette des archives* (190:1), 2000, pp.187-198.
- POR INICIATIVA de um grupo de jovens engenheiras. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1937, pp.3.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*. São Paulo, Unesp, 2010.
- ROSCIANO, Giovanna. *Arquitectura es femenino*. Caracas, Alfadil Ediciones, 1991.
- SÁ, Flávia C. *Profissão: Arquiteta*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), FAU-USP, São Paulo, 2010.
- SERRAN, João. *O IAB e a política habitacional*. São Paulo, Schema, 1976.
- SIMON, Mariann. Hungarian Women Architects in the UIFa. In: PEPCHINSKI, Mary; SIMON, Mariann (org.). *Ideological equals: women architects in socialist Europe 1945-1989*. Londres, Nova Iorque, Routledge, 2017, pp.171-185.
- STRATIGAKOS, Despina. *Where Are the Women Architects?* New Jersey, Princeton University Press, 2016.
- TAMARI, Gabriela. Paisagismo e gênero: trajetórias femininas em São Paulo. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X [https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1955 - acesso em: 09 mar. 2023].
- UIA. Femmes Architectes. *Revue de L'UIA* (35), Paris, set.1965, pp.28.
- VAGO, Pierre (org.). *UIA. 1948-1998*. Paris, Les Editions de l'Epure, 1998.
- ZUBOVICH, Katherine. Debating "Democracy". *Room one Thousand* (4), Berkeley, 2006, pp.104-116.

Correspondências e circulares (Arquivo IAB-DN)

- IAB-DN. Boletim Informativo n.3. Rio de Janeiro, 30 jun.1965. 3p.
- _____. Circular 6/63-65. Rio de Janeiro, 16 nov.1964. 2p.
- _____. Ata do Conselho Superior, 26 jan.1965. 14p.
- LA TOUR, Solange D´Herbez. (UIFA). Carta 28 out.1961, Paris [para] IAB-DN. Rio de Janeiro. 2p.
- _____. Carta 01 fev.1963, Paris [para] IAB-DN, Rio de Janeiro. 1p.
- _____. Carta 24 mai.1963, Paris [para] SOUZA, Abelardo (IAB-SP), Rio de Janeiro. 1p.

_____. Carta 01 abr.1963, Paris [para] IAB-DN, Rio de Janeiro. 1p.

PEBORGH, Sonia Van. Circular UIA-127. Paris, 26 nov.1963. 1p.

_____. Circular UIA-236. Paris, 04 nov.1964. 2p.

_____. Circular UIA-235. Paris, 04 nov.1964. 2p.

_____. Circular UIA-350. Paris, 18 mai.1965. 1p.

_____. Circular UIA-236. Paris, 04 nov.1964. 2p.

_____. Circular UIA-404. Paris, 30 set.1965. 2p.

_____. Circular UIA-582. Paris, 29 ago.1966. 2p.

RIBEIRO, Paulo Antunes (Presidente IAB). Ofício S.G.53/63-65, 19 de dezembro 1963, Rio de Janeiro [para] PEBORGH, Sonia Van (UIA), Paris. 1p.

UIA. Circular UIA-138, Paris, 31 jul.1967. 9p.

_____. Circular UIA-143, Paris, 12 ago.1967. 14p.